Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

05/06/2012

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. AÇÕES TJMA..... 1
   1.2. PRESIDÊNCIA..... 2
   1.3. SEM ASSUNTO..... 3
2. JORNAL AQUI
   2.1. SEM ASSUNTO..... 4
3. JORNAL ATOS E FATOS
   3.1. DESEMBARGADORES..... 5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. AÇÕES TJMA..... 6 - 7
   4.2. DESEMBARGADORES..... 8
   4.3. SEM ASSUNTO..... 9
5. JORNAL EXTRA
   5.1. DESEMBARGADORES..... 10
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. AÇÕES TJMA..... 11
   6.2. DESEMBARGADORES..... 12
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. DECISÕES..... 13
8. JORNAL PEQUENO
   8.1. AVISO..... 14 - 16
   8.2. AÇÕES TJMA..... 17
   8.3. DECISÕES..... 18
   8.4. SEM ASSUNTO..... 19 - 22

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

PRÊMIO INNOVARE

O TRIBUNAL de Justiça do Maranhão concorre ao Prêmio Innovare 2012, na categoria Justiça e Sustentabilidade. O projeto escolhido foi "Transparência com Eficiência" que apresenta a experiência do órgão como a primeira Corte do país a liberar, em seu site, dados completos do Judiciário maranhense. Exemplo a ser seguido. Merece premiação!!!

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EN PASSANT

... O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, inaugura hoje, na sede do TJMA, a nova central de processamento de dados (Data Center) do Poder Judiciário...

... A nova central vai armazenar dez vezes mais informações que o atual gerenciador...

... O investimento de R$ 1,9 milhão reúne tecnologia de ponta e permitirá funcionamento 24 horas/dia dos sistemas judiciais e administrativos da justiça estadual...

... Além de maior segurança a serviços e sistemas judiciários, o novo centro de processamentos de dados – que utiliza tecnologia de última geração – terá funcionamento ininterrupto, o que significa agilidade nos serviços forenses...

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juízas do CNJ debatem sobre medidas socieducativas com Executivo estadual

Em São Luís para discutir sugestões para a melhoria da execução de medidas socioeducativas ao jovem infrator, as juízas do Conselho Nacional de Justiça, Cristiana Cordeiro e Joelci Diniz reuniram-se com o corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha e representantes do governo do Estado e Funac, na manhã desta segunda-feira (4). Um esforço concentrado do Executivo, com o auxílio do Judiciário, foi prometido para que esse panorama evolua no Maranhão.

De acordo com as juízas, que fazem parte do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, grandes são os problemas do Estado, com destaque para a ausência de um projeto pedagógico para esses jovens infratores, bem como a inexistência de unidades preparadas e adequadas para recebê-los. "Acentuamos um problema só. Os jovens não têm unidades preparadas para recebê-los adequadamente e onde eles se encontram, ficam largados, porque não há um projeto pedagógico que os recupere", explica a juíza Joelci Diniz.

No Maranhão, existem apenas duas unidades de internação provisória – Centro da Juventude Canaã, em São Luís, e Centro da Juventude Semear, em Imperatriz – e uma de internação prolongada – Centro da Juventude Esperança, na Maiobinha. Há uma unidade feminina, o Centro da Juventude Florescer, mas que quase não recebe meninas infratoras.

Um relatório de 2010 foi a base para a discussão. Apontando os problemas e as sugestões para resolvê-los, o relatório foi entregue à secretária de Direitos Humanos, Luísa Oliveira, que afirmou não ter conhecimento do documento. "Infelizmente, não tenho conhecimento desse relatório, mas estamos prontos para estudá-lo e daremos prioridade para que possamos resolver o que estiver dentro das nossas possibilidades imediatas. Os Direitos Humanos da Infância e Juventude é prioridade de maior da pasta", comentou Luísa Oliveira.

A procuradora-geral do Estado, Helena Haickel, também participou da reunião e se comprometeu a trabalhar em parceria para que as soluções sejam realizadas com a maior rapidez possível.

Sugestões – Como não havia conhecimento do relatório do CNJ, ficou acertado na reunião que o Executivo, representado pela procuradora-geral e secretária de Direitos Humanos, bem como pela presidente da Funac, Floripes de Maria Silva Pinto, que em 10 dias, serão enviadas sugestões para as juízas do CNJ.

O objetivo é que essas sugestões incluam o projeto pedagógico e ações estruturais para regionalização dessas unidades, bem como adequação delas ao Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), que já é lei e reformula as medidas socioeducativas no Brasil. "Queremos que, por exemplo, as famílias desses jovens infratores possam acompanhar a evolução deles. Com apenas três unidades, o Maranhão não consegue ter esse atendimento efetivado. O Estado é grande e as cidades ficam longe de São Luís e Imperatriz", ressalta a juíza Cristiana Cordeiro.

As sugestões enviadas pelo governo do Estado serão analisadas e discutidas com a governadora Roseana Sarney, para que sejam definidos prazo de execução dessas medidas. "A ideia é integrar essas sugestões no Termo de Compromisso que será firmado entre o Executivo e o Judiciário para as diretrizes do Sistema Carcerário", salienta a juíza Joelci Diniz, referindo-se ao Termo de Compromisso sugerido pelo também juiz do DMF/CNJ, Luciano Losekann, que esteve na CGJ-MA na última quarta-feira, 30 de maio.

"Nós queremos sempre buscar o entendimento entre as instituições e evitar situações graves no Maranhão. A Corregedoria e o Judiciário estão sempre de portas abertas para discutir os problemas e tentar buscar, em conjunto, as soluções, havendo compromisso dos dois lados", completou o corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha.

A juíza Teresa Cristina Mendes, juíza auxiliar da capital à disposição da CGJ, está mediando e auxiliando os trabalhos voltados para a Infância e Juventude do CNJ no Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AMEAÇA "VELADA"

Juiz acha garrafas de combustível no fórum

Garrafas de combustível foram encontradas no interior do fórum da Comarca de Senador La Roque, no Sul do Maranhão, nesta segunda-feira (4). De acordo com o juiz titular da comarca, Marcelo Baldochi, o caso já está sendo investigado pelas polícias Militar e Civil.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, entrou em contato com o juiz ainda na manhã desta segunda-feira (4), oferecendo apoio e mais segurança. O juiz Marcelo Baldochi informou que todas as providências de segurança já foram tomadas e que todas as pessoas estão sendo revistadas antes de entrar no fórum.

O desembargador Cleones Cunha disse ao magistrado que qualquer ocorrência do tipo e novas informações sobre o caso podem ser repassadas à Corregedoria Geral da Justiça, para que as medidas sejam tomadas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Lançamento confirmado

Corregedor Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, convida a comunidade jurídica e o público para o lançamento do livro "Eleições Municipais: Registro de Candidatos e Propaganda Eleitoral", de autoria dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), Flávio Brag e Roberto Magno Frazão. A noite de autógrafos ocorre nesta quarta-feira, 06, às 19h, na sede da Associação Atlética do Banco do Brasil, no Calhau, na capital maranhense. A obra é uma publicação nacional editada pelo Inforplan. O livro Frazão, também servidor de carreira do TRE/MA e profundo conhecedor das regras pertinentes ao instituto da propaganda político-eleitoral.

Publicação e apresentação

A publicação tem apresentação do juiz federal,Roberto Magno Veloso, e prefácio do desembargador do Tribunal deJustiça do Maranhão, Dr. Lourival Serejo. Redigida com linguagem clara, diretae acessível, a publicação visa auxiliar a comunidade jurídica no estudo dos temas relativos ao registro de candidaturas e à propaganda eleitoral. O livro é leitura obrigatória para advogados, juízes, membros do Ministério Público,professores, estudantes, candidatos, dirigentes partidários, assessores, publicitários, jornalistas e demais agentes públicos. O trabalho abrange as duas etapas mais dinâmicas e controvertidas do processo eleitoral, trazendo a análise de casos julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Segurança no trânsito será tema de seminário

O crescimento da frota de veículos e o consequente aumento do número de acidentes em São Luís estão na pauta do I Seminário Maranhense sobre Segurança no Trânsito, que será promovido pelo Juizado Especial do Trânsito de São Luís (JET), de 13 a 15 deste mês, no Hotel Luzeiro. A iniciativa tem o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão. As inscrições são gratuitas. Os interessados devem acessar o site do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br) até o dia 10 e clicar no link referente ao evento. As vagas são limitadas.

O seminário é aberto às instituições públicas e privadas, condutores de veículos, instrutores de autoescolas, estudantes, advogados, proprietários de concessionárias, taxistas, policiais militares, profissionais da imprensa e todos que de alguma forma lidam com a questão do trânsito na cidade.

Coordenado pelo juiz José Eulálio Figueiredo, o evento reunirá especialistas em segurança e Direito do Trânsito. "Queremos formar uma força-tarefa para minimizar as ocorrências diárias de acidentes. Trabalharemos para conscientizar a população, mostrando que é preciso ter responsabilidade e maturidade para dirigir um veículo", explicou o titular do Juizado Especial do Trânsito de São Luís.

"São Luís ocupa hoje o 19º lugar no *ranking* de cidades com o trânsito mais violento do país, segundo pesquisas recentes realizadas em 5.560 municípios brasileiros pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego e pela Organização dos Estados Ibero-Americanos. Está na hora de unirmos forças para enfrentar a situação caótica em que se encontra o trânsito na cidade", defendeu o juiz.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O CRESCIMENTO da frota de veículos e o consequente aumento do número de acidentes em São Luís estão na pauta do I Seminário Maranhense sobre Segurança no Trânsito, que será promovido pelo Juizado Especial do Trânsito de São Luís (JET), de 13 a 15 deste mês, no Hotel Luzeiros. A iniciativa tem o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Eleições

O corregedor Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, está convidando a comunidade jurídica e a imprensa para o lançamento do livro "Eleições Municipais: Registro de Candidatos e Propaganda Eleitoral", nesta quarta-feira, 6, às 19h, na AABB. O livro é de autoria dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), Flávio Braga e Roberto Magno Frazão. A publicação tem apresentação do juiz federal, Dr. Roberto Veloso, e prefácio do desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Dr. Lourival Serejo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mutirão

IMPERATRIZ - Um mutirão do Tribunal do Júri da Vara das Execuções Penais da Comarca de Imperatriz julgou 22 processos em cinco dias. Comandada pela titular da Vara, juíza Samira Barros Heluy, a ação teve início no dia 21 e se estendeu até o dia 25 de maio. Ao final, foram registradas sete absolvições, 13 condenações e três extinções de punibilidade, sendo duas por prescrição e uma por óbito. Além da titular da Vara, o mutirão contou com a participação dos juízes Ernesto Guimarães Alves, Delvan Tavares Oliveira, Marcelo Testa Baldochi e Flávio Roberto Ribeiro Soares.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Livro "Eleições Municipais"

O Corregedor Regional Eleitoral do Maranhão, Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, convida a comunidade jurídica e o público para o lançamento do livro "Eleições Municipais: Registro de Candidatos e Propaganda Eleitoral", de autoria dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), Flávio Braga e Roberto Magno Frazão. A noite de autógrafos acontecerá nesta quarta-feira, 6, às 19h, na sede da Associação Atlética do Banco do Brasil, no Calhau, em São Luís (MA). A obra é uma publicação nacional editada pelo Inforplan.

O livro é uma produção conjunta do Professor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) e Analista Judiciário do TRE/MA, Dr. Flávio Braga, pós-graduado em Direito Eleitoral, e o Dr. Roberto Magno Frazão, também servidor de carreira do TRE/MA e profundo conhecedor das regras pertinentes ao instituto da propaganda político-eleitoral. A publicação tem apresentação do juiz federal, Dr. Roberto Veloso, e prefácio do desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Dr. Lourival Serejo.

Redigida com linguagem clara, direta e acessível, a publicação visa auxiliar a comunidade jurídica no estudo dos temas relativos ao registro de candidaturas e à propaganda eleitoral. O livro é leitura obrigatória para advogados, juízes, membros do Ministério Público, professores, estudantes, candidatos, dirigentes partidários, assessores, publicitários, jornalistas e demais agentes públicos. O trabalho abrange as duas etapas mais dinâmicas e controvertidas do processo eleitoral, trazendo a análise de casos julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CELERIDADE

TJMA implanta nova central de dados hoje

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, inaugura nesta terça-feira (5), às 9 horas, na sede do TJMA, a nova central de processamento de dados (Data Center) do Poder Judiciário, que vai armazenar dez vezes mais informações que o atual gerenciador.

O investimento de R$ 1,9 milhão reúne tecnologia de ponta e permitirá funcionamento 24 horas/dia dos sistemas judiciais e administrativos da justiça estadual.

Além de maior segurança a serviços e sistemas judiciários, o novo centro de processamentos de dados - que utiliza tecnologia de última geração - terá funcionamento ininterrupto, o que significa agilidade nos serviços forenses.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Direito Eleitoral I

O Corregedor Regional Eleitoral do Maranhão, Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, convida a comunidade jurídica e o público para o lançamento do livro "Eleições Municipais: Registro de Candidatos e Propaganda Eleitoral", de autoria dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), Flávio Braga e Roberto Magno Frazão. A noite de autógrafos acontecerá nesta quarta-feira, 06, às 19h, na sede da Associação Atlética do Banco do Brasil, no Calhau, em São Luís (MA). A obra é uma publicação nacional editada pelo Inforplan. O livro é uma produção conjunta do Professor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) e Analista Judiciário do TRE/MA, Dr. Flávio Braga, pós-graduado em Direito Eleitoral, e o Dr. Roberto Magno Frazão, também servidor de carreira do TRE/MA e profundo conhecedor das regras pertinentes ao instituto da propaganda político-eleitoral.

Direito Eleitoral II

A publicação tem apresentação do juiz federal, Dr. Roberto Veloso, e prefácio do desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Dr. Lourival Serejo. O livro é leitura obrigatória para advogados, juízes, membros do Ministério Público, professores, estudantes, candidatos, dirigentes partidários, assessores, publicitários, jornalistas e demais agentes públicos. O trabalho abrange as duas etapas mais dinâmicas e controvertidas do processo eleitoral, trazendo a análise de casos julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal. "Aborda a fase de registro de candidaturas, que promove uma espécie de "seleção natural" para depurar o plantel de candidaturas e homologar apenas aquelas consideradas aptas à disputa, e a propaganda eleitoral, que visa à apresentação dos candidatos, massificar suas propostas, convencer o eleitorado e conquistar-lhe o voto", afirma Braga.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ASSEMBLEIA

Decisão que mantém Weba ainda está em vigor

A assessoria de Comunicação da da Assembleia Legislativa informou ontem que a Medida Cautelar que manteve o deputado Hemeterio Weba(PV) no cargo permanece válida e ainda não foi apreciada pela Justiça. Na nota a Assessoria de Imprensa da Assembleia informa ainda que uma outra ação referente a este processo espera julgamento pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

A nota também acrescenta que a demora no julgamento desta ação é provocada por conta de um debate interno dentro do TJ sobre a competência do desembargador para relatar o processo. "Portanto, o presidente da Assembleia Legislativa nada pode fazer enquanto não houver um pronunciamento definitivo da Justiça com relação à ação rescisória. Assim, a suspensão do processo de cassação do mandato do deputado Hemetério Weba continua em vigor", diz um trecho da nota, divulgada ontem no site da Assembleia Legislativa.

A nota esclarece ainda que, conforme esclarece O Código de Processo Civil, a eficácia da medida cautelar cessa se a parte não intentar a ação no prazo estabelecido, que é de 30 dias. "Portanto, como a parte moveu uma ação rescisória dentro do prazo legal, a medida cautelar continua valendo" acrescenta o texto

DIVULGAÇÃO

A assembleia se pronunciou oficialmente ontem sobre o caso "Hemetério Weba"

O deputado Hemetério Weba teve os direitos políticos cassado por três anos em decisão transitada em julgado oriunda da Comarca de Santa Luzia do Paruá.

A defesa do deputado recorreu da decisão, obtendo uma liminar que manteve favorável ao parlamentar. Desde então o caso virou uma longa novela.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIARIO
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
4ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº: 0007899-57.2004.8.10.0001
DENOMINAÇÃO: MONITORIA
PARTE(S) REQUERENTE (S):BANCO BANORTE S/A
PARTE(S) REQUERIDA (S): ADERSON OLIVEIRA E CLEUDES MARIA MARTINS OLIVEIRA

O Excelentíssimo Senhor Dr. José Afonso Bezerra de Lima, Juiz de Direito Auxiliar resp. pela 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

CITAÇÃO de ADERSON OLIVEIRA E CLEUDES MARIA MARTINS OLIVEIRA, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para, no prazo de **15 (quinze) dias**, pagar o valor de **R$ 10.643,26 (dez mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e seis centavos)**, ou oferecer embargos, sob pena de conversão em mandado executivo. Não sendo oferecidos embargos, no prazo assinado, e cumprindo o suplicado o que determina esta citação, ficará isenta do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

OBSERVAÇÃO: O prazo para embargar a ação, querendo, é de **15 (quinze)** dias.

ADVERTÊNCIA: Não sendo embargada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.

ADVERTÊNCIA: Fica advertida o suplicado de que, se não apresentar defesa no prazo legal, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, *ex vi* do art. 285 do Código de Processo Civil, sendo que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 07 de fevereiro de 2012

José Afonso Bezerra de Lima
Juiz de Direito Auxiliar resp. pela 4ª Vara Cível

Fórum "Des. Sarney Costa" Avenida Carlos Cunha, S/N Calhau
São Luís (MA) CEP: 65076-820 Fone: 2106-9673 e-mail: secciv4_slz@tjma.jus.br

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS)
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR GUSTAVO HENRIQUE SILVA MEDEIROS, MM JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DESTA CIDADE E COMARCA DE BARRA DO CORDA, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC

FAZ SABER, a todos que, ao presente edital virem ou dele conhecimento tiver que por este Juízo e Secretaria Judicial, se processam os termos da Ação Ordinária de Cobrança (processo nº 1862-23.2010.8.10.0027), promovida pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A em face do requerido Francisco da Silva, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF/MF nº 103.333.983-00, atualmente em lugar incerto e não sabido E o presente tem a finalidade de CITAR o requerido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação em todos os seus termos. Sede do Juízo - Av. Missionário Perrin Smith, 349, Vila Canadá, setor NCRA, CEP 65950 000, fone/fax 99 3643 2557. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância do futuro, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no órgão oficial na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão, aos 09 (nove) dias do mês de abril do ano de 2012 (dois mil e doze). Eu,.... Antonio Morais Silva Filho, Secretário Judicial da 1ª Vara desta Comarca, fiz digitar e subscrevi.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Segunda Vara de Coroatá
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS
A Doutora JOSANE ARAÚJO FARIAS BRAGA, Juíza de Direito da 1ª Vara, respondendo pela 2ª Vara desta Comarca de Coroatá, Estado do Maranhão, na forma da lei etc

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Secretaria Judicial da 2ª Vara os termos da Ação de EXECUÇÃO (processo nº 51-72.2008.8.10.0035) que é exequente BANCO DO NORDESTE S/A e executado RENO DINIZ FORTE, sendo que o presente para citar o senhor RENO DINJZ FORTE, no prazo de três dias, efetuar o pagamento da dívida, no valor de R$ 10 849,74 (dez mil oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos), sob pena de penhora de tantos bens quanto bastem para a garantia da mesma, principal juros, custas, e honorários advocatícios ou para no prazo de 15 (quinze) dias opor-se à execução por meio de embargos, independente de penhora, depósito ou caução. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será afixado no lugar público de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Coroatá, Estado do Maranhão, aos 04 (quatro) de maio de dois mile doze (2.012) Eu, (For de Maria Araújo Miranda), Secretária Judicial da 2ª Vara, o fiz digitar e assino.

DRª JOSANE ARAÚJO FARIAS BRAGA
JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA
RESPONDENDO PELA 2ª VARA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Data Center

O desembargador Antônio Guerreiro Júnior inaugura hoje, em solenidade agendada para as 9h, a Central de Processamento de Dados do Judiciário, com capacidade de armazenar, com a máxima segurança, 10 vezes mais informações que o gerenciador de dados atual. Com investimentos de 1,9 milhão de reais, o Data Center reúne tecnologia de ponta e permitirá funcionamento nas 24 horas do dia dos sistemas judiciais e administrativos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EX-PREFEITO WASHINGTON PLÁCIDO É ABSOLVIDO NO 'CASO VALTINHO'

A juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leite, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, julgou improcedente o pedido contido na denúncia do Ministério Público contra o ex-prefeito de Governador Edison Lobão, Washington Plácido, de participação no assassinato do pecuarista Edivalter Ribeiro, o "Valtinho da Transboi". Plácido foi apontado pelo MP como o mentor intelectual do crime.

Valtinho foi morto na noite de 27 de abril de 2006, no pátio do Posto Bananal, localizado às margens da rodovia Belém-Brasília, em Governador Edison Lobão. Segundo a denúncia do MP, o crime teria sido motivado por disputas políticas entre o ex-prefeito e a vítima.

Em sua decisão, a juíza relata que "...os indícios de autoria são tênues". "De fato, tudo que existe contra os réus são boatos e depoimentos prestados na delegacia, mas desmentidos ou não reproduzidos em juízo", observa.

A decisão também vale para outros três acusados de participação no crime. Um quarto acusado nunca foi localizado pela Justiça.

Segundo a juíza, "as testemunhas ouvidas em Juízo apenas confirmaram a animosidade existente entre os envolvidos".

'Valtinho da Transboi' foi morto em abril de 2006

"Portanto, verifica-se que a denúncia ampara-se fundamentalmente em boatos, em depoimentos colhidos na fase policial, mas não confirmados em Juízo, bem como nas declarações da ex-mulher de Valtinho, as quais devem ser vistas com muita cautela, justamente por ser parente da vítima, e se mostrarem isoladas e sem sustentação na prova dos autos", reforça a juíza.

Para a juíza, não há elementos e fatos concretos sobre a participação dos acusados no crime. "Não vejo como aptos a sustentar pronúncia indícios produzidos apenas na fase inquisitorial, alguns até retratados depois em juízo. Concluindo, pode-se dizer que na fase judicial, quando impera o devido processo legal, com o contraditório e ampla defesa, não se produziu um único indício convincente de autoria atribuída aos acusados".

Na decisão, a juíza assinala: "Não vejo como admitir, nessa situação, um decreto de pronúncia. Com efeito, nesta fase processual é necessário que os indícios de autoria sejam suficientes para convencer o julgador de que a pessoa acusada pode ser submetida a julgamento perante o Tribunal do Júri. Nesse sentido, embora o juiz natural da causa, nos crimes dolosos contra a vida, seja o Tribunal do Júri, é preciso constatar a existência dos requisitos mínimos indispensáveis para a pronúncia, antes de determinar o exame do caso pelos jurados".

A decisão não impede, "surgindo novas provas mais consistentes, e não estando extinta a punibilidade dos réus, seja retomado o curso do processo".

Entretanto, finaliza a juíza, "diante do que se apurou até agora, é inviável determinar o prosseguimento da ação penal". "Não havendo provas contundentes da participação dos acusados no crime descrito na denúncia, impõe-se a impronúncia deles". *(O Progresso)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ex-PMs acusados de matar estudante em Imperatriz serão julgados em julho

POR OSWALDO VIVIANI

Os ex-policiais militares Antonio Ribeiro Abreu e Smailly Araújo Carvalho da Silva serão julgados no mês que vem em Imperatriz. A juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa marcou o júri para 24 de julho, às 8h, no Fórum da comarca. Abreu e Smailly são acusados pelo assassinato, em 13 de setembro de 2008, do estudante Ivanildo Paiva Barbosa Júnior, que tinha 19 anos. Os dois acusados estão presos. Eles foram expulsos da PM um ano depois do crime. Eles respondem por sequestro, cárcere privado, homicídio e ocultação de cadáver. Um terceiro envolvido – Claudiomar Ferreira Santos, o "Claudinho" – foi julgado em setembro de 2009 e condenado a mais de 18 anos.

O assassinato de Ivanildo Júnior foi um dos crimes de maior repercussão em Imperatriz, por sua brutalidade.

Câmeras registraram o momento em que o jovem foi abordado pelos policiais Abreu e Smailly, às 5h30 do dia 13 de setembro de 2008, numa avenida do centro de Imperatriz, horas depois de sair de um show de música. Ele teria sido colocado no porta-malas da viatura policial e seu carro, deixado em outro local.

Ivanildo Júnior e os ex-PMs Abreu e Smailly

O corpo do estudante só foi encontrado oito dias depois, enterrado numa cova rasa, na Estrada do Arroz (que interliga Imperatriz e Cidelândia), com sinais de tortura e um tiro na boca.

Claudinho – que está preso na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), em Imperatriz – teria participado do crime monitorando os passos de Ivanildo, antes de ele ser sequestrado, e testemunhando o assassinato. À polícia, ele declarou que o homicídio foi executado por Abreu e Smailly.

A hipótese de crime por encomenda sempre permeou as investigações policiais, mas o provável mandante da morte do estudante nunca foi apontado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz acha garrafas de combustível no Fórum de Senador La Roque

Garrafas de combustível foram encontradas no interior do fórum da Comarca de Senador La Roque, no Sul do Maranhão, ontem (4). De acordo com o juiz titular da comarca, Marcelo Baldochi, o caso já está sendo investigado pelas polícias Militar e Civil.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, entrou em contato com o juiz ainda nesta manhã, oferecendo apoio e mais segurança. O juiz Marcelo Baldochi informou que todas as providências de segurança já foram tomadas e que todas as pessoas estão sendo revistadas antes de entrar no fórum.

O desembargador Cleones Cunha disse ao magistrado que qualquer ocorrência do tipo e novas informações sobre o caso podem ser repassadas à Corregedoria Geral da Justiça, para que as medidas sejam tomadas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juízas do CNJ debatem sobre medidas socioeducativas com Executivo estadual

Em São Luís para discutir sugestões para a melhoria da execução de medidas socioeducativas ao jovem infrator, as juízas do Conselho Nacional de Justiça Cristiana Cordeiro e Joelci Diniz reuniram-se com o corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, e representantes do governo do Estado e Funac, na manhã de ontem (4). **PÁGINA 8**

DIVULGAÇÃO

O corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, participa de reunião com juízas do CNJ

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juízas do CNJ debatem sobre medidas socieducativas com Executivo estadual

O corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, participou da reunião ocorrida na manhã desta segunda-feira

Em São Luís para discutir sugestões para a melhoria da execução de medidas socioeducativas ao jovem infrator, as juízas do Conselho Nacional de Justiça, Cristiana Cordeiro e Joelci Diniz reuniram-se com o corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha e representantes do governo do Estado e Funac, na manhã de ontem (4). Um esforço concentrado do Executivo, com o auxílio do Judiciário, foi prometido para que esse panorama evolua no Maranhão.

De acordo com as juízas, que fazem parte do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, grandes são os problemas do Estado, com destaque para a ausência de um projeto pedagógico para esses jovens infratores, bem como a inexistência de unidades preparadas e adequadas para recebê-los. "Acentuamos um problema só. Os jovens não têm unidades preparadas para recebê-los adequadamente e onde eles se encontram, ficam largados, porque não há um projeto pedagógico que os recupere", explicou a juíza Joelci Diniz.

No Maranhão, existem apenas duas unidades de internação provisória – Centro da Juventude Canaã, em São Luís, e Centro da Juventude Semear, em Imperatriz – e uma de internação prolongada – Centro da Juventude Esperança, na Maiobinha. Há uma unidade feminina, o Centro da Juventude Florescer, mas que quase não recebe meninas infratoras.

DIVULGAÇÃO

Juízas do CNJ reúnem-se com o corregedor-geral e representantes do Executivo estadual

Um relatório de 2010 foi a base para a discussão. Apontando os problemas e as sugestões para resolvê-los, o relatório foi entregue à secretária de Direitos Humanos, Luísa Oliveira, que afirmou não ter conhecimento do documento. "Infelizmente, não tenho conhecimento desse relatório, mas estamos prontos para estudá-lo e daremos prioridade para que possamos resolver o que estiver dentro das nossas possibilidades imediatas. Os Direitos Humanos da Infância e Juventude é prioridade maior da pasta", comentou Luísa Oliveira.

A procuradora-geral do Estado, Helena Haickel, também participou da reunião e se comprometeu a trabalhar em parceria para que as soluções sejam realizadas com a maior rapidez possível.

Sugestões – Como não havia conhecimento do relatório do CNJ, ficou acertado na reunião que o Executivo, representado pela procuradora-geral e secretária de Direitos Humanos, bem como pela presidente da Funac, Floripes de Maria Silva Pinto, que em 10 dias, serão enviadas sugestões para as juízas do CNJ.

O objetivo é que essas sugestões incluam o projeto pedagógico e ações estruturais para regionalização dessas unidades, bem como adequação delas ao Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), que já é lei e reformula as medidas socioeducativas no Brasil. "Queremos que, por exemplo, as famílias desses jovens infratores possam acompanhar a evolução deles. Com apenas três unidades, o Maranhão não consegue ter esse atendimento efetivado. O Estado é grande e as cidades ficam longe de São Luís e Imperatriz", ressaltou a juíza Cristiana Cordeiro.

As sugestões enviadas pelo governo do Estado serão analisadas e discutidas com a governadora Roseana Sarney, para que sejam definidos prazo de execução dessas medidas. "A ideia é integrar essas sugestões no Termo de Compromisso que será firmado entre o Executivo e o Judiciário para as diretrizes do Sistema Carcerário", salientou a juíza Joelci Diniz, referindo-se ao Termo de Compromisso sugerido pelo também juiz do DMF/CNJ, Luciano Losekann, que esteve na CGJ-MA na última quarta-feira, 30 de maio.

"Nós queremos sempre buscar o entendimento entre as instituições e evitar situações graves no Maranhão. A Corregedoria e o Judiciário estão sempre de portas abertas para discutir os problemas e tentar buscar, em conjunto, as soluções, havendo compromisso dos dois lados", completou o corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha.

A juíza Teresa Cristina Mendes, juíza auxiliar da capital à disposição da CGJ, está mediando e auxiliando os trabalhos voltados para a Infância e Juventude do CNJ no Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação